



OS INVESTIGADORES E A SUA RELAÇÃO COM O ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O CASO DO ISCTE-IUL

Maria João Amante¹; Teresa Segurado¹

¹ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa

INTRODUÇÃO

A presente comunicação resulta de uma atividade desenvolvida pelos Serviços de Informação e Documentação e pelo Gabinete de Apoio à Investigação do ISCTE-IUL no domínio do Acesso Livre ao Conhecimento e surge na sequência de um estudo semelhante realizado, em 2012, pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, junto dos investigadores que, em Portugal, participam em projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pelo 7º Programa Quadro da Comissão Europeia no contexto das atividades desenvolvidas nos projetos OpenAIRE, MedOAnet e OpenAIREplus.

Constituiu objetivo deste trabalho recolher informações sobre a perceção, opinião e prática dos investigadores do ISCTE-IUL relativamente a cinco dimensões no que respeita ao acesso aberto aos resultados da investigação científica:

- a) o nível de conhecimento, apreciação e atitude sobre o princípio do acesso aberto aos resultados da investigação;
- b) o nível de conhecimento sobre as políticas e as diretrizes da Comissão Europeia em matéria de acesso aberto;
- c) o nível de cumprimento relativamente à política do ISCTE-IUL em matéria de acesso aberto;
- d) a opinião e a atitude perante a eventual definição de um mandato por parte das organizações públicas portuguesas financiadoras de ciência requerendo a disponibilização em acesso aberto das publicações resultantes de financiamento público;
- e) a prática de publicação científica e de disponibilização dos resultados em acesso aberto através de repositórios e/ou revistas.

Tomando em consideração o âmbito da Conferência centramo-nos na apresentação dos resultados obtidos nas três últimas dimensões por os considerarmos pertinentes para a análise das questões relativas à visibilidade da produção científica através do recurso ao Acesso Aberto.



METODOLOGIA

A recolha de informação foi feita através da aplicação de um inquérito por questionário estruturado em quatro grupos distintos composto por um total de 37 questões. O primeiro grupo caracteriza o perfil do investigador/docente participante no estudo. O segundo grupo caracteriza a participação em projetos com financiamento pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo 7º Programa-Quadro da

Comissão Europeia. O terceiro grupo de questões identifica o nível de conhecimento, opinião e atitude sobre o princípio do acesso aberto aos resultados da investigação. O quarto grupo caracteriza as práticas de publicação e de acesso aberto dos investigadores/docentes. Conforme referido anteriormente, nesta comunicação analisamos os dados obtidos nos grupos de questões um, três e quatro.

Foi enviado um *e-mail* a convidar todos os docentes e investigadores do ISCTE-IUL para a participação neste estudo tendo sido, igualmente, realizados contactos personalizados no sentido de obter um maior número de respostas.

O questionário foi aplicado via *Web*, através do *software* LimeSurvey e cujo período para resposta decorreu de 1 a 19 de julho 2013.

O tratamento estatístico dos dados recolhidos foi realizado com o auxílio do IBM SPSS Statistics, versão 20, e do Microsoft Excel para a construção dos gráficos.

Para o tratamento dos dados utilizou-se quer a estatística descritiva quer a indutiva admitindo-se, na última, uma probabilidade de erro (nível de significância) até 10% através da utilização de testes de hipóteses não paramétricos (*Teste de independência do Qui-quadrado, Teste de Mann-Withney e Teste de Kruskal-Wallis*).

As análises realizadas foram de âmbito univariado e, sobretudo, bivariado, para tentarmos perceber se as respostas apuradas variavam segundo as características dos respondentes bem como de acordo com a sua participação ou não em projetos.

Resultados da análise dos dados do inquérito por questionário

Responderam ao inquérito por questionário 246 pessoas porém apenas 143 respostas puderam ser consideradas para efeitos de análise dos dados apurados por estarem completas.

Caracterização

No que respeita à *Carreira Profissional* houve uma maior adesão por parte dos *Investigadores* com 65,0% (n=93) de respostas face a 35,0% (n=50) dos *Docentes*.

Quando analisada a participação por *Departamento* constatamos que o Departamento que maior percentagem apresentou foi o de *Ciências e Tecnologias da Informação* com 16,7% seguido do de *Sociologia* com 14,6%. Apenas os *Departamentos de Contabilidade* e de *História* não contaram com a participação de nenhum membro.



No que toca à participação das *Unidades de Investigação* verificamos que foi o *CIES* que mais participou (31,5%) seguido do *Cis-IUL* com 26,1%. A única Unidade de Investigação que não registou qualquer participação foi o *IT-IUL*.

Importa referir que, quer no que respeita aos Departamentos quer às Unidades de Investigação, os que mais participaram neste estudo foram os que, igualmente, mais colaboram no desenvolvimento do Repositório ISCTE-IUL.

Ainda no que respeita a caracterização dos respondentes e relativamente ao *Sexo* foram as *Mulheres* que mais participaram neste estudo com 63,6% das respostas.

No que toca à *Idade* verificamos que a faixa etária com maior representação situa-se nos *31 aos 40 anos* com 39,2% de respostas, grupo este que abrange perto de metade dos investigadores que respondeu ao questionário.

No ISCTE-IUL, os docentes e investigadores estão organizados por Escolas, Departamentos e Unidades de Investigação de acordo com a seguinte estrutura:

Tabela 1 Estrutura organizacional do ISCTE-IUL

ISCTE BUSINESS SCHOOL - IBS	Escola de Sociologia e Políticas Públicas - ESPP	Escola de Ciências Sociais e Humanas - ECSH	Escola de Tecnologias e Arquitetura - ISTA
Departamento de Contabilidade	Departamento de Métodos de Pesquisa Social	Departamento de Economia Política	Departamento de Matemática
Departamento de Economia	Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas	Departamento de Antropologia	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Departamento de Finanças	Departamento de Sociologia	Departamento de Psicologia Social e das Organizações	Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação
Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral	Departamento de História	CIS-IUL – Centro de Investigação e Intervenção Social	ADETTI
Departamento de Métodos Quantitativos para Gestão e Economia	CEI-IUL – Centro de Estudos Internacionais	Dinâmia/CET – Centro de Estudos sobre a mudança socioeconómica e o território	IT-IUL - Delegação do Instituto de Telecomunicações
Departamento de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional	CEHC-IUL – Centro de Estudos de História Contemporânea	CRIA-IUL – Pólo do Centro em rede de Investigação em antropologia	
Business Research Unit - BRU-IUL	CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia		

Sobre o Acesso Livre

O terceiro grupo, sobre o Acesso Livre, era constituído por 16 questões e procurou aferir os conhecimentos, as opiniões e as perceções dos investigadores e docentes do ISCTE-IUL sobre o acesso aberto, barreiras no acesso à informação científica, mandatos e políticas institucionais e de organismos financiadores.

Quando questionados se concordam com a afirmação “*Não existe qualquer problema com o acesso à informação científica em Portugal*” 87,6% dos respondentes afirmaram *Discordar* e *Discordar plenamente* da mesma. Curiosamente a percentagem de respondentes que escolheu a opção *Concordo* é exatamente igual à dos que escolheram a opção *Discordo plenamente* (12,6%), o que nos leva a crer que existe um conjunto de investigadores que consegue aceder mais facilmente à informação científica enquanto outros sentem uma grau de dificuldade muito mais elevado, o que pode, de certo modo, ser muito influenciado pela área científica de cada indivíduo pois a forma como as publicações científicas são disponibilizadas bem como, por exemplo, o tempo de embargo das revistas científicas varia de área para área.

Quando repartidos segundo a *Carreira Profissional* os valores acima representados mostram-nos que quer os *Docentes* quer os *Investigadores* são de opinião que existem de facto problemas no acesso à informação científica em Portugal sendo essa opinião mais acentuada no grupo dos *Investigadores* pois 79,6% *Discordam* e *Discordam plenamente* face a 74,0% dos *Docentes*.

No que respeita ao Departamento são os *Docentes* pertencentes a *Departamentos integrados na ECSH* que mais discordam desta afirmação (85,7% *Discordam* e *Discordam plenamente*). Já no que respeita à *Unidade de Investigação* são os membros daquelas que pertencem à *ETA / EG* cujos *Investigadores* mais discordam. No que refere ao *Sexo* são claramente as *Mulheres* que mais discordam (83,5% *Discordam* e *Discordam plenamente*). Relativamente à *Idade* é o escalão que se encontra entre os *31 e os 40 anos* que mais discorda da afirmação apresentada (87,5% *Discordam* e *Discordam plenamente*) sendo esta a única relação estatisticamente significativa, ou seja, apenas a *Idade* influencia o grau de concordância. De referir que esta relação é inversa, ou seja, quanto mais novos mais discordam.

Tabela 2 - Nível de concordância com a afirmação: “*Não existe qualquer problema com o acesso à informação científica em Portugal*” de acordo com as variáveis de caracterização (% em linha)

		Concordo plenamente		Concordo		Sem opinião		Discordo		Discordo plenamente	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Carreira Profissional	Docente	1	2,0	11	22,0	1	2,0	32	64,0	5	10,0
	Investigador	2	2,2	7	7,5	10	10,8	61	65,6	13	14,0
Departº/Escola	ECSH	1	7,1	1	7,1	0	,0	9	64,3	3	21,4
	ETA / EG	0	,0	5	29,4	1	5,9	10	58,8	1	5,9
	ESPP	0	,0	5	29,4	0	,0	11	64,7	1	5,9
Unid. de Invest. / Escola	ECSH	2	4,4	1	2,2	6	13,3	29	64,4	7	15,6
	ETA / EG	0	,0	0	,0	0	,0	4	80,0	1	20,0
	ESPP	0	,0	6	14,3	4	9,5	27	64,3	5	11,9
Sexo	Feminino	3	3,3	6	6,6	6	6,6	65	71,4	11	12,1
	Masculino	0	,0	12	23,1	5	9,6	28	53,8	7	13,5
Idade	≤ 30	1	3,4	4	13,8	1	3,4	15	51,7	8	27,6
	31-40	0	,0	3	5,4	4	7,1	43	76,8	6	10,7
	41-50	1	2,6	8	20,5	6	15,4	23	59,0	1	2,6
	≥ 51	1	5,3	3	15,8	0	,0	12	63,2	3	15,8

Carreira Profissional (M-WZ=-1,162; p=0,245) / Departamento/Escola (KW= 2,500; p=0,287) / Unidade de Investigação / Escola (KW= 1,507; p=0,471) / Sexo (M-WZ=-1,510; p=0,131) / Idade (KW= 10,530; p=0,015)

Quando inquiridos sobre as potenciais barreiras de acesso às publicações científicas a maioria dos participantes neste estudo considera os *Elevados preços dos artigos/assinaturas das revistas científicas* como a principal barreira para o acesso às publicações científicas pois 87,8% considera como *Importante e Muito importante* este fator. Em segundo lugar surgem as *Insuficientes políticas, estratégias e estruturas de acesso às publicações científicas* (83,0%).

Quando pedida a opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos a maioria dos participantes neste estudo é de opinião favorável à disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos com cerca de 94,4% dos respondentes que afirmam *Concordar plenamente e Concordar* com esta regra.

Quando distribuídos estes valores pelas variáveis de caracterização é possível apurar que os que mais concordam com este princípio são os *Investigadores* (68,6%), os *Docentes de Departamentos integrados na ESPP* (42,6%) e os *membros das Unidades de Investigação pertencentes à ECSH e ESPP* ambas com 44,9%. Quanto ao *Sexo* são as *Mulheres* que mais concordância revelam com esta regra (60,3%) e na *Idade* são os participantes que se encontram entre os 31 e os 40 anos. Apesar das diferenças assinaladas apenas as encontradas na variável *Carreira Profissional* são estatisticamente significativas.

Tabela 3 Opinião em relação ao princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos de acordo com as variáveis de caracterização

		Concordo plenamente		Concordo		Sem opinião		Discordo		Discordo plenamente	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Carreira Profissional	Docente	35	70,0	12	24,0	1	2,0	2	4,0	0	,0
	Investigador	77	82,8	11	11,8	4	4,3	1	1,1	0	,0
Deptº / Esc	ECSH	12	85,7	1	7,1	0	,0	1	7,1	0	,0
	ETA / EG	10	58,8	5	29,4	1	5,9	1	5,9	0	,0
	ESPP	12	70,6	5	29,4	0	,0	0	,0	0	,0
Unid / Esc	ECSH	37	82,2	7	15,6	0	,0	1	2,2	0	,0
	ETA / EG	4	80,0	1	20,0	0	,0	0	,0	0	,0
	ESPP	35	83,3	3	7,1	4	9,5	0	,0	0	,0
Sexo	Feminino	72	79,1	16	17,6	1	1,1	2	2,2	0	,0
	Masculino	40	76,9	7	13,5	4	7,7	1	1,9	0	,0
Idade	≤ 30	25	86,2	4	13,8	0	,0	0	,0	0	,0
	31-40	45	80,4	8	14,3	2	3,6	1	1,8	0	,0
	41-50	26	66,7	9	23,1	3	7,7	1	2,6	0	,0
	≥ 51	16	84,2	2	10,5	0	,0	1	5,3	0	,0

Carreira Profissional (M-WZ=-1,695; p=0,090) / Departamento/Escola (KW= 2,495; p=0,287) / Unidade de Investigação / Escola (KW= 0,008; p=0,996) / Sexo (M-WZ=-0,456; p=0,648) / Idade (KW= 4,925; p=0,177)

Quando analisadas estas opiniões face à participação em projetos financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do 7º Programa-Quadro da CE ou noutra tipo de projetos percebemos que apenas a participação em projetos financiados no âmbito do 7º Programa-Quadro da CE influencia a opinião dos participantes neste estudo ($M-WZ=-2,143$; $p=0,032$).

Tabela 4 Opinião em relação ao princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos de acordo com a participação em projetos (% em linha)

		Concordo plenamente		Concordo		Sem opinião		Discordo		Discordo plenamente	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Participa ou participou em projetos financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia?	Sim	79	76,0	20	19,2	2	1,9	3	2,9	0	,0
	Não	33	84,6	3	7,7	3	7,7	0	,0	0	,0
Participa ou participou em projetos financiados no âmbito do 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia?	Sim	31	91,2	3	8,8	0	,0	0	,0	0	,0
	Não	81	74,3	20	18,3	5	4,6	3	2,8	0	,0
Participa ou participou noutros projetos?	Sim	62	75,6	16	19,5	2	2,4	2	2,4	0	,0
	Não	50	82,0	7	11,5	3	4,9	1	1,6	0	,0

Participação em projetos financiados pela FCT ($M-WZ=-0,994$; $p=0,320$) / Participação em projetos financiados no âmbito do 7º Programa-Quadro da CE ($M-WZ=-2,143$; $p=0,032$) / Participação noutros projetos ($M-WZ=-0,813$; $p=0,416$)

Quando questionados sobre a política europeia de acesso aberto¹, 58,3% dos respondentes a este questionário *Concorda* e *Concorda plenamente* com a política geral da Comissão Europeia relativamente ao acesso aberto, sendo que 40,5% manifestou não ter opinião.

Foi igualmente possível apurar que apenas a participação em projetos financiados no âmbito do 7º PQ ($M-WZ=-2,006$; $p=0,045$) influencia o grau de concordância dos participantes neste estudo face à política europeia de acesso aberto de acordo.

Quando questionados sobre a possibilidade de uma eventual política/mandato de acesso aberto da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, requerendo o acesso aberto às publicações produzidas pelos projetos e bolsas que financia a maioria dos respondentes *Concorda* e *Concorda plenamente* (89,5%).

¹ A Comissão Europeia tem atualmente duas diretrizes políticas de acesso aberto que visam assegurar que os resultados da investigação financiada pelos cidadãos da EU sejam disponibilizados em acesso aberto para a população em geral. Em dezembro de 2007, o Conselho Europeu de Investigação publicou as diretrizes para o Open Access, e em agosto de 2008 a Comissão Europeia lançou o projeto-piloto Open Access do 7º PQ.

Analisando estes valores segundo as variáveis de caracterização é possível verificar que são os Investigadores que revelam um maior nível de concordância (91,4% *Concordam e Concordam plenamente*). No tocante ao *Departamento* e à *Unidade de Investigação* são quem pertence aos que integram a ECSH que mais concordam a atingir em ambos os caso valores próximos dos 100%. No que refere ao Sexo são as *Mulheres* que mais concordam com uma eventual política/mandato de acesso aberto da FCT (93,4% *Concorda e Concorda plenamente*). Na *Idade* são também os investigadores e docentes mais novos (≤ 30) que apresentam níveis de concordância mais elevados (96,5% *Concordam e Concordam plenamente*).

Das relações assinaladas apenas a pertença departamental revelou evidência estatística, ou seja, o departamento a que pertence influencia a opinião sobre uma eventual política/mandato de acesso aberto da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia que requeresse o acesso aberto às publicações produzidas pelos projetos e bolsas que financia.

Tabela 5 Opinião sobre uma política de acesso aberto da FCT segundo as variáveis de caracterização (% em linha)

		Concordo plenamente		Concordo		Sem opinião		Discordo		Discordo plenamente	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Carreira Profissional	Docente	35	70,0	8	16,0	5	10,0	2	4,0	0	,0
	Investigador	59	63,4	26	28,0	3	3,2	4	4,3	1	1,1
Deptº / Esc	ECSH	14	100,0	0	,0	0	,0	0	,0	0	,0
	ETA / EG	9	52,9	2	11,8	4	23,5	2	11,8	0	,0
	ESPP	12	70,6	4	23,5	1	5,9	0	,0	0	,0
Unid / Esc	ECSH	25	55,6	18	40,0	0	,0	2	4,4	0	,0
	ETA / EG	4	80,0	0	,0	0	,0	1	20,0	0	,0
	ESPP	30	71,4	8	19,0	3	7,1	0	,0	1	2,4
Sexo	Feminino	63	69,2	22	24,2	2	2,2	3	3,3	1	1,1
	Masculino	31	59,6	12	23,1	6	11,5	3	5,8	0	,0
Idade	≤ 30	19	65,5	9	31,0	0	,0	1	3,4	0	,0
	31-40	35	62,5	13	23,2	3	5,4	4	7,1	1	1,8
	41-50	24	61,5	10	25,6	4	10,3	1	2,6	0	,0
	≥ 51	16	84,2	2	10,5	1	5,3	0	,0	0	,0

Carreira Profissional (M-WZ=-0,525; p=0,599) / Departamento/Escola (KW= 9,260; p=0,010) / Unidade de Investigação / Escola (KW= 1,760; p=0,415) / Sexo (M-WZ=-1,402; p=0,161) / Idade (KW= 3,597; p=0,308)

Quanto à influência da participação em qualquer tipo de projetos no grau de concordância relativamente a uma política de acesso aberto da FCT, e da análise dos dados apurados, não foi encontrada nenhuma evidência estatística de que a mesma exista, ou seja, a participação em projetos financiados pela FCT, no âmbito do 7º PQ da CE ou noutros não exerceu qualquer influência na opinião dos respondentes.

Tabela 6 Opinião sobre uma política de acesso aberto da FCT de acordo com a participação em projetos (% em linha)

		Concordo plenamente		Concordo		Sem opinião		Discordo		Discordo plenamente	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Participa ou participou em projetos financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia?	Sim	70	67,3	25	24,0	4	3,8	5	4,8	0	,0
	Não	24	61,5	9	23,1	4	10,3	1	2,6	1	2,6
Participa ou participou em projetos financiados no âmbito do 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia?	Sim	20	58,8	10	29,4	2	5,9	2	5,9	0	,0
	Não	74	67,9	24	22,0	6	5,5	4	3,7	1	,9
Participa ou participou noutros projetos?	Sim	57	69,5	15	18,3	5	6,1	4	4,9	1	1,2
	Não	37	60,7	19	31,1	3	4,9	2	3,3	0	,0

Participação em projetos financiados pela FCT (M-WZ=-0,800; p=0,423) / Participação em projetos financiados no âmbito do 7º PQ da CE (M-WZ=-0,911; p=0,362) / Participação noutros projetos (M-WZ=-0,782; p=0,434)

Já se verificarmos a correlação entre a opinião sobre uma eventual política de *acesso aberto da FCT* e a *opinião de quem participou sobre a política europeia de acesso aberto* e a *opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos* é possível confirmar a existência de uma correlação positiva, embora fraca, entre estas variáveis.

É, igualmente, possível apurar que o nível de concordância com a *política europeia de acesso aberto* e com o *princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas* influencia a opinião dos participantes neste estudo, sobre uma *eventual política/mandato de acesso aberto da FCT* (*Opinião sobre a política europeia de acesso aberto* (KW= 20,080; p=0,000 / *Opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas* KW= 21,495; p=0,000).

Tabela 7 Correlação entre opinião sobre política/mandato de acesso aberto da FCT e política europeia de acesso aberto; princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas

		Opinião sobre a política europeia de acesso aberto		Opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas	
Rho de spearman	Opinião sobre uma eventual política/mandato de acesso aberto da FCT	Coefficiente de correlação	,343**		,386**

Quando questionados sobre a *reação perante um mandato de acesso aberto à produção científica implementado pela FCT* a grande maioria *Cumpriria integralmente e concordaria* (85,3%). Estes resultados estão em linha com os obtidos relativamente à disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos em que cerca de 94,4% dos respondentes afirma *Concordar plenamente e Concordar* com esta regra.

Quando questionados sobre o *Conhecimento relativamente à existência no ISCTE-IUL, de uma política de acesso aberto à produção científica* apenas 25,9% respondeu positivamente.

Distribuídos estes valores pelas variáveis de caracterização é possível apurar que apesar das diferenças verificadas apenas no que respeita à *Idade* ($KW= 10,770$; $p=0,013$) e à *Unidade de Investigação* ($KW= 10,797$; $p=0,005$) as mesmas são mais acentuadas e estatisticamente significativas, ou seja, são estas duas características que influenciam o conhecimento da existência de uma política de acesso aberto à produção científica no ISCTE-IUL.

Tabela 8 Conhecimento da existência no ISCTE-IUL, de uma política de acesso aberto à produção científica segundo as variáveis de caracterização

		n	%
Carreira Profissional	Docente	16	45,7
	Investigador	19	54,3
Deptº / Esc	ECSH	5	31,3
	ETA / EG	4	25,0
	ESPP	7	43,8
Unid / Esc	ECSH	4	21,1
	ETA / EG	0	,0
	ESPP	15	78,9
Sexo	Feminino	25	71,4
	Masculino	10	28,6
Idade	≤ 30	4	11,4
	31-40	14	40,0
	41-50	7	20,0
	≥ 51	10	28,6

Carreira Profissional ($X^2=2,355$; $p=0,125$) / Departamento/Escola ($KW= 1,216$; $p=0,545$) / Unidade de Investigação / Escola ($KW= 10,797$; $p=0,005$) / Sexo ($X^2=1,216$; $p=0,270$) / Idade ($KW= 10,770$; $p=0,013$)

Verificando a possível influência da participação em qualquer tipo de projetos de investigação no grau de conhecimento da existência no ISCTE-IUL, de uma política de acesso aberto à produção científica, e da análise dos dados apurados, foram encontradas evidências estatísticas de que a participação em projetos financiados pela FCT ($X^2=3,941$; $p=0,047$) e noutros projetos ($X^2=3,759$; $p=0,053$) influencia o nível de conhecimento da existência no ISCTE-IUL, de uma política de acesso aberto à produção científica.

Tabela 9 Conhecimento da existência no ISCTE-IUL, de uma política de acesso aberto à produção científica de acordo com a participação em projetos (% em linha)

		n	%
Participa ou participou em projetos financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia?	Sim	30	28,8%
	Não	5	12,8%
Participa ou participou em projetos financiados no âmbito do 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia?	Sim	5	14,7%
	Não	30	27,5%
Participa ou participou noutros projetos?	Sim	25	30,5%
	Não	10	16,4%

Participação em projetos financiados pela FCT ($X^2=3,941$; $p=0,047$) / Participação em projetos financiados no âmbito do 7º PQ da CE ($X^2=2,303$; $p=0,129$) / Participação noutros projetos ($X^2=3,759$; $p=0,053$)

Relativamente ao *nível de cumprimento da política de acesso aberto à produção científica do ISCTE-IUL* do conjunto que afirma conhecer a política de acesso aberto à produção científica do ISCTE-IUL, 80,0% *Cumpr integralmente e concorda* com a mesma e 11,4% afirma que apenas *Cumpr parcialmente*. De salientar que uma pequena parcela dos respondentes afirma que *Não cumpr de todo* (5,7%).

Quando repartidos estes valores pelas diferentes variáveis de caracterização são os *Investigadores*, docentes dos *Departamentos pertencentes à ECSH*, investigadores das *Unidades de Investigação pertencentes à ECSH, Homens e Mulheres* em igual percentagem e os participantes com *idades iguais ou inferiores a 30 anos* que mais cumprem a política de acesso aberto à produção científica do ISCTE-IUL. Não obstante as diferenças encontradas apenas são estatisticamente relevantes as que dizem respeito à *Carreira Profissional* ($M-WZ=-2,207$; $p=0,027$) e ao *Departamento* ($KW=4,888$; $p=0,087$).

Curiosamente se fosse aprovado um mandato no ISCTE-IUL os valores mais elevados subiam e os mais baixos desciam, isto é, 82,5% *Cumpriria integralmente e concordaria*, apenas 7,7% *Cumpriria parcialmente*. De referir que nestas circunstâncias a percentagem dos que não cumpririam de todo é inexistente.

Quando distribuídos estes valores pelas diferentes variáveis de caracterização verificamos que, mais uma vez, são os *Investigadores*, pertencentes a *Departamentos e de Unidades de Investigação integradas na ESPP* e com *idades iguais ou superiores a 51 anos* que revelaram uma maior tendência para um maior nível de cumprimento caso o ISCTE-IUL aprovasse uma política obrigatória (mandato) de acesso aberto à produção científica dos seus afiliados. Contudo, apesar de algumas diferenças encontradas nenhuma delas revelou evidência estatística.

Quando questionados sobre *qual seria, de acordo com a sua opinião, a forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória (mandato) de acesso aberto à produção científica* um pouco mais de metade referiu a opção que *combina a publicação em revistas de acesso aberto e o depósito de artigos/documentos num repositório institucional/temático* (53,1%), sendo a segunda opção com uma percentagem mais alta (24,5%) *depositar uma cópia do artigo/documento num repositório institucional/temático*.

Se distribuirmos estes valores pelas diferentes variáveis de caracterização é possível apurar que qualquer uma das opções é igualmente valorizada quer por *Docentes* quer por *Investigadores*, apenas a opção *Não sei / Sem opinião* obteve uma percentagem maior por parte dos *Docentes*.

Mas, por exemplo, em termos de pertença Departamental a percentagem mais elevada surge na opção *Combinar a publicação em revistas de acesso aberto e o depósito de artigos/documentos num repositório institucional/temático* por parte dos docentes de *Departamentos pertencentes à ECSH*. Esta opção é igualmente a escolhida por parte dos pertencentes a *Unidades de Investigação* integradas na *ETA / EG*. Já no que toca ao *Sexo* as *Mulheres* seguem a tendência em termos globais pois a maior percentagem surge na opção *Combinar a publicação em revistas de acesso aberto e o depósito de artigos/documentos num repositório institucional/temático*. Na *Idade* também foi esta a opção escolhida por aqueles com idade igual ou superior a 51 anos.

Quando questionados sobre a *definição de embargos por parte dos editores e sobre quais os períodos de tempo a considerar para o efeito* a opção mais escolhida foi precisamente a de *acesso livre imediato* (37,8%). Com valores idênticos surge a opção *6 meses* e *Não sei / Sem opinião*, ambas com 23,8%.

Em termos de distribuição destes valores pelas variáveis de caracterização não se verificam diferenças acentuadas relativamente aos valores globais, ou seja, a maior parte dos respondentes estão distribuídos maioritariamente pela primeira opção e os restantes pela opção *6 meses* ou então não sabem ou não têm qualquer opinião.

Quando questionados sobre a *opinião relativamente ao princípio da disponibilização em acesso aberto dos dados científicos resultantes de projetos financiados por programas públicos* tomando em consideração que o acesso aberto pode ser relevante não apenas para as publicações mas também para os dados científicos pouco mais de 50% *Concorda sem restrições* face a 11, 2% que *Não concorda* de todo.

Uma percentagem considerável (35,0%) afirmou que *Concorda dependendo das condições*. Nesta opção foi dada a possibilidade dos respondentes indicarem quais seriam essas condições. Assim, foi possível agrupar as condições apontadas em três grandes categorias: 1) *Confidencialidade dos dados / anonimato*; 2) *Restrição do acesso / mediante autorização do coordenador do projeto*; 3) *Haver garantia de que todas as publicações que pudessem resultar do projeto tenham já sido produzidas, publicadas e divulgadas*.

Cruzando estes valores pelas variáveis de caracterização e no que respeita à *Carreira Profissional* não se verificam grandes diferenças em qualquer uma das categorias. Relativamente ao *Departamento* destacam-se os respondentes que pertencem à *ETA/EG* em qualquer uma das opções existentes, com 64,7% a *Concordarem sem restrições*, apenas 23,5% *Concordam dependendo das condições* e 11,8% a *Não concordarem*. No que respeita às condições apresentadas prendem-se essencialmente com questões de confidencialidade e proteção de dados privados.

No que respeita à *pertença a determinada Unidade de Investigação* ressaltam os membros daquelas que pertencem à ESPP pois 66,7% *Concordam sem restrições*, 23,8% *Concordam dependendo das condições* e 9,5% *Não concordam*. De referir que nesta ultima opção os membros da ETA/EG atingiram uma percentagem de 20% o que está em consonância com a variável anterior que dizia respeito ao departamento.

No que respeita às condições são referidas questões de confidencialidade e anonimato, salvaguarda de acordos com as instituições fornecedoras dos dados e assegurar a forma como os dados seriam publicados e quem os poria utilizar.

No que respeita ao *Sexo* e na opção *Concordo sem restrições* não se verificam grandes diferenças entre os dois grupos, mas na opção *Não concordo* as Mulheres apresentam uma percentagem de 15,4% face a 3,8 por parte dos Homens.

No tocante à *Idade* as diferenças entre os grupos não são muito acentuadas, destacando-se na opção *Não concordo* a faixa etária entre os 41 e os 50 com uma percentagem mais baixa do que a apurada nos outros grupos.

Foi, igualmente, possível apurar que quer a *Participação em projetos financiados no âmbito do 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia* ($M-WZ=-2,158$; $p=0,031$) quer a *Participação noutros projetos* influencia a opinião dos participantes neste estudo relativamente ao princípio da disponibilização em acesso aberto dos dados científicos resultantes de projetos financiado por programas públicos ($M-WZ=-2,360$; $p=0,018$), ou seja, as diferenças apuradas têm relevância estatística.

Tabela 10 Opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto dos dados científicos resultantes de projetos financiado por programas públicos segundo as variáveis de caracterização

		Concordo sem restrições		Concordo dependendo das condições		Não concordo	
		n	%	n	%	n	%
Carreira Profissional	Docente	26	52,0	19	38,0	5	10,0
	Investigador	51	54,8	31	33,3	11	11,8
Deptº / Esc	ECSH	7	50,0	6	42,9	1	7,1
	ETA / EG	11	64,7	4	23,5	2	11,8
	ESPP	8	47,1	8	47,1	1	5,9
Unid / Esc	ECSH	20	44,4	19	42,2	6	13,3
	ETA / EG	2	40,0	2	40,0	1	20,0
	ESPP	28	66,7	10	23,8	4	9,5
Sexo	Feminino	48	52,7	29	31,9	14	15,4
	Masculino	29	55,8	21	40,4	2	3,8
Idade	≤ 30	14	48,3	12	41,4	3	10,3
	31-40	32	57,1	17	30,4	7	12,5
	41-50	22	56,4	14	35,9	3	7,7
	≥ 51	9	47,4	7	36,8	3	15,8

Carreira Profissional ($M-WZ=-0,185$; $p=0,854$) / Departamento/Escola ($KW= 0,655$; $p=0,721$) / Unidade de Investigação / Escola ($KW= 4,181$; $p=0,124$) / Sexo ($M-WZ=-0,889$; $p=0,374$) / Idade ($KW= 0,966$; $p=0,802$)

Sobre a Prática de Acesso Livre

Esta seção do questionário procurou obter informação sobre a prática efetiva do Acesso Aberto apurando se os participantes neste estudo já tinham disponibilizado publicações em acesso aberto e identificando igualmente os motivos pelos quais o fizeram ou não.

Quando questionados sobre o *número de publicações que melhor define a sua produção científica* a grande maioria (76,9%) indicou que tem entre 1 a 5 publicações.

Quando analisamos estes resultados de acordo com as variáveis de caracterização e no que respeita à *Carreira Profissional académica* percebemos que são os *Investigadores* que, de forma geral, menos produzem, pois embora com *Menos de 1 publicação por ano* apresentem uma percentagem superior (24,7%) à dos *Docentes* (10,0%), no escalão de *1 a 5 publicações por ano* são os *Docentes* que apresentam mais produção com 86% face aos 72,0% dos *Investigadores*. As diferenças encontradas entre estes dois grupos são estatisticamente significativas significando isso que a sua principal atividade profissional influencia a número de obras publicadas ($M-WZ=-1,992; p=0,046$).

Quanto à pertença *Departamental*, a grande maioria tem entre 1 a 5 publicações por ano em qualquer um dos grupos, com exceção dos membros da ETA/EG que apresentam 70,6% e que igualmente são os únicos que têm *Menos de 1 por ano* (29,4%). Estas diferenças embora não muito acentuadas são estatisticamente significativas, ou seja, a pertença departamental influencia o volume da produção científica dos seus membros ($KW= 10,126; p=0,006$).

Quanto à pertença a uma determinada *Unidade de Investigação* os valores apurados não demonstram grandes diferenças entre os grupos. De destacar apenas que com *Menos de 1 publicação por ano* surge com maior percentagem (28,9%) os membros pertencentes a Unidades integradas na ECSH e de 1 a 5 publicações por ano surge com maior percentagem os membros pertencentes a unidades integradas na ETA / EG.

Quanto ao *Sexo* as diferenças apuradas são mínimas e no que refere à *Idade* destacam-se os respondentes com idade igual ou superior a 51 anos com maior percentagem (89,8%) na opção *De 1 a 5 publicações por ano*.

É de salientar que, quer a participação em projetos financiados no âmbito do 7º PQ da CE ($M-WZ=-3,050; p=0,002$), quer a participação noutros projetos ($M-WZ=-3,138; p=0,002$) condicionam o volume da produção científica dos docentes e investigadores.

39,2% dos respondentes afirmam ter disponibilizado as suas publicações no Repositório do ISCTE-IUL, 37,1% em Plataforma de partilha de conteúdos científicos (Academia.edu, ...) e 35,7% através da publicação numa revista em acesso aberto. De salientar, que do total dos respondentes apenas 18,9% afirmaram não ter disponibilizado as suas publicações em acesso aberto.

No que respeita à *Carreira Profissional* não se verificam diferenças assinaláveis em nenhuma das categorias.

Já no que respeita ao *Departamento* é possível verificar algumas diferenças mais acentuadas, nomeadamente, na *disponibilização de publicações em acesso aberto através do depósito no repositório do ISCTE-IUL* (47,6%) ou através da *publicação numa revista em acesso aberto* (55,6%) por parte dos membros dos departamentos pertencentes à ESPP; na *disponibilização de publicações em acesso aberto através do depósito num repositório em acesso aberto* (63,6%) ou através do *depósito num repositório em acesso aberto e da publicação numa revista em acesso aberto* (50,0%) por parte dos membros dos departamentos pertencentes à ETA ou EG. Destas relações apenas as encontradas nesta variável e a disponibilização através do repositório do ISCTE-IUL ($X^2=4,616$; $p=0,099$), de numa revista em acesso livre ($X^2=5,190$; $p=0,075$) e através do depósito num repositório em acesso aberto ($X^2=5,448$; $p=0,066$) revela evidência estatística.

No que respeita à *pertença a determinada unidade de investigação* é de assinalar que no caso das que pertencem à ETA ou EG a maior percentagem surge na última opção que assinala a não disponibilização de publicações em acesso livre. Por outro lado, a publicação através do Repositório do ISCTE-IUL ou de repositório em acesso livre surge da parte de membros das Unidades de Investigação pertencentes à ESPP. Já as opções que assinalam a publicação numa *revista em acesso aberto, através do depósito num repositório em acesso aberto e da publicação numa revista em acesso aberto* ou numa *plataforma de partilha de conteúdos científicos (Academia.edu, ...)* obtêm percentagens mais elevadas de membros das Unidades de Investigação pertencentes à ECSH.

Relativamente ao *Sexo* podemos assinalar algumas diferenças significativas nomeadamente no que respeita à publicação através da publicação numa revista em acesso aberto ($X^2=2,721$; $p=0,099$) e à através do depósito num repositório em acesso aberto ($X^2=4,455$; $p=0,035$).

No tocante à *Idade* é possível apurar que os respondentes com idade compreendida entre os 31 e os 40 anos são os que têm percentagens mais elevadas em qualquer uma das possibilidades de publicação apresentadas. Os participantes neste estudo com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos foram os que maior percentagem obtiveram na opção *Não*. Da relação da *Idade* com cada uma das opções de publicação apenas as diferenças encontradas nos respondentes que publicam numa plataforma de partilha de conteúdos científicos (Academia.edu, ...) se revelaram estatisticamente significativas ($X^2=11,717$; $p=0,008$).

Tabela 11 Disponibilização de publicações em acesso aberto segundo as variáveis de caracterização

		Sim, através do depósito no repositório do ISCTE-IUL		Sim, através do depósito num repositório em acesso aberto		Sim, através da publicação numa revista em acesso aberto		Sim, através do depósito num repositório em acesso aberto e da publicação numa revista em acesso aberto		Sim, numa plataforma de partilha de conteúdos científicos (Academia.edu, ...)		Não	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Carreira Profissional	Docente	21	37,5	11	39,3	18	35,3	6	28,6	16	30,2	11	40,7
	Investigador	35	62,5	17	60,7	33	64,7	15	71,4	37	69,8	16	59,3
Deptº / Esc	ECSH	7	33,3	1	9,1	4	22,2	1	16,7	3	20,0	3	30,0
	ETA ou EG	4	19,0	7	63,6	4	22,2	3	50,0	6	40,0	5	50,0
	ESPP	10	47,6	3	27,3	10	55,6	2	33,3	6	40,0	2	20,0
Unid / Esc	ECSH	12	35,3	6	37,5	19	57,6	8	53,3	19	51,4	10	62,5
	ETA ou EG	2	5,9	0	,0	2	6,1	1	6,7	1	2,7	2	12,5
	ESPP	20	58,8	10	62,5	12	36,4	6	40,0	17	45,9	4	25,0
Sexo	Feminino	38	67,9	13	46,4	37	72,5	13	61,9	36	67,9	16	59,3
	Masculino	18	32,1	15	53,6	14	27,5	8	38,1	17	32,1	11	40,7
Idade	≤ 30	11	19,6	2	7,1	12	23,5	3	14,3	11	20,8	6	22,2
	31-40	22	39,3	15	53,6	18	35,3	9	42,9	27	50,9	7	25,9
	41-50	12	21,4	4	14,3	13	25,5	6	28,6	6	11,3	13	48,1
	≥ 51	11	19,6	7	25,0	8	15,7	3	14,3	9	17,0	1	3,7

Quando inquiridos sobre o número aproximado de *artigos em acesso aberto depositados no Repositório do ISCTE-IUL*, 46,6% depositaram entre 1 a 9 artigos, 1,7% entre 10 a 19 artigos e 4,3% 20 ou mais artigos.

Relativamente ao número de *artigos em acesso aberto depositados em repositórios institucionais*, 35,3% depositaram entre 1 a 9 artigos, 1,7% entre 10 a 19 artigos e igual percentagem tem 20 ou mais artigos.

Relativamente ao número de *artigos em acesso aberto depositados em repositórios temáticos*, 24,3% depositaram entre 1 a 9 artigos, 2,6% entre 10 a 19 artigos e apenas 0,9 % tem 20 ou mais artigos depositados em repositórios temáticos.

No que respeita ao número de *artigos em revistas científicas em acesso aberto*, 57,4% depositaram entre 1 a 9 artigos e 1,7% entre 10 a 19 artigos.

Foi igualmente importante tentar perceber *quais os motivos que levavam os Docentes e Investigadores a depositarem as suas publicações científicas em repositórios institucionais/temáticos* e apuramos que os dois principais motivos são precisamente aqueles que mais utilizamos para promoção da “utilidade” de um repositório, isto é, o *Aumento da visibilidade e o impacto (citações) da investigação* (86,0%) e a *Rapidez de disseminação dos resultados da investigação* (80,4%). Como motivos menos valorizados surge o facto de *Poder delegar esta tarefa em outra pessoa* (2,1%) e *Haver um requisito do financiador da investigação* (4,9%). Os resultados obtidos vão ao encontro dos resultados obtidos em estudos realizados por Swan (2011) que evidenciam que maior visibilidade se traduz no aumento d número de citações.

Como *motivos para não depositar as suas publicações científicas num repositório institucional/temático* surge como principal a *Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores* (32,2%), logo seguido do *Receio de violar os direitos de autor* com 31,5% e da *Falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema* (30,8%).

Os motivos menos seleccionados foram o *Os meus colegas também não o fazem* (2,1%) e *Não reconheço vantagens no acesso aberto* (2,8%).

No final do questionário era pedido aos respondentes que formulassem comentários no âmbito da temática em estudo. Foram recebidos 19 comentários. A análise desta informação passou pela categorização de cada resposta, sendo que, nalguns casos, um único comentário se enquadrava em mais do que uma categoria. Foram excluídos 3 comentários por não terem relevância para o estudo.

As categorias definidas foram as seguintes:

Acessibilidade → É referida a falta de canais de difusão da produção científica em modelos facilmente acessíveis pela população em geral. Alguns participantes mencionam as páginas pessoais como locais preferenciais para a disponibilização da sua produção científica.

Avaliação / Impacto → Nesta categoria é salientado o facto de nos processos de avaliação serem valorizadas as publicações em revistas com fatores de impacto elevado que não são compatíveis com o acesso aberto. As instituições de acolhimento não podem exigir publicação absoluta em acesso aberto e depois baixar o *ranking* do investigador por não publicar em revistas de referência.

Direitos de autor → São referidas questões como o receio de violar as políticas de direitos de autor editoras.

Modelos de publicação → Verifica-se um nível elevado de concordância com a disponibilização em acesso livre desde que não sejam imputados custos aos autores. É referida a necessidade de conciliar as vantagens da publicação em revistas (revisão por pares, classificação, entre outras) com as vantagens do acesso aberto.

Revisão por pares → É mencionada a necessidade de garantir a continuação da existência de *peer review* mesmo em publicações em acesso aberto de forma a que a qualidade das mesmas esteja assegurada. Este aspeto está diretamente relacionado com a dimensão da confiabilidade “que decorre de todos os processos que asseguram todos os processos que asseguram a qualidade dos documentos, nomeadamente, o da revisão por pares assim como o facto de os repositórios serem plataformas que permitem o acesso a materiais que, na sua maioria, já foram publicados ou, de alguma



forma, avaliados, como é o caso das teses de doutoramento e das dissertações de mestrado.” (Amante, 2013, 196). Contudo, a avaliação da qualidade científica de um texto pode ser aferida através da utilização de outros parâmetros, por exemplo, o prestígio das revistas, a reputação dos autores dos trabalhos e das instituições a que pertencem (Cronin, 2005).

Através desta análise tornou-se possível verificar que os investigadores e docentes do ISCTE-IUL têm perceções e conceções divergentes relativamente ao acesso aberto, às formas de o providenciar, aos direitos de autor, às licenças e permissões das revistas onde publicam artigos, evidenciando desconhecimento da realidade. Do conjunto das preocupações, destacam-se as associadas aos custos do acesso aberto e às suas implicações na avaliação dos investigadores e docentes e das suas publicações.

CONCLUSÕES E NOTAS FINAIS

O presente estudo, através de inquérito por questionário, permitiu recolher informação sobre o nível de conhecimento e as perceções dos investigadores e docentes do ISCTE-IUL relativamente ao acesso aberto à informação científica.

Foi, igualmente, possível apurar que o nível de conhecimento, quer da política europeia, quer da política institucional é bastante reduzido. No ISCTE-IUL e, dos participantes que têm conhecimento da política em vigor, o nível de cumprimento é acima da média com tendência a aumentar caso um mandato fosse aprovado. De referir que este conhecimento é de alguma forma influenciado pela participação em projetos de investigação, nomeadamente, aquelas financiados no âmbito do 7º PQ da CE.

Os resultados permitiram, igualmente, verificar que cerca de 110 investigadores/docentes têm entre 1 a 5 publicações por ano. Destes, apenas uma percentagem de 18,9% não tem nenhuma em acesso livre. As razões apontadas são maioritariamente a falta de conhecimento sobre as políticas de depósito das editoras e conseqüente receio de violar os direitos de autor, a falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema, a falta de tempo para realizar o depósito e o desconhecimento sobre o carácter obrigatório das políticas institucionais.

Assim, dos resultados obtidos foi possível retirar duas conclusões:

→ Existe espaço para a definição de uma política mandatária, ou seja, que exija a disponibilização em acesso aberto das publicações dos investigadores e docentes, uma vez que estes evidenciam um elevado grau de concordância com a mesma.



→ Foi igualmente possível apurar que se torna necessário um reforço no que respeita à realização de ações de divulgação e sensibilização sobre o acesso aberto sobre questões relacionadas com os direitos de autor bem como sobre as políticas definidas atualmente. Com este objetivo “iniciámos recentemente um processo de contacto individualizado com docentes e com investigadores solicitando a sua colaboração no depósito de artigos de sua autoria identificados através da *Web of Science* que não está no Repositório do ISCTE-IUL. Trata-se quer de artigos que já se encontram sem período de embargo quer de artigos mais recentes na sua versão *preprint* ou *postprint*, relativamente aos quais foram por nós confirmados os direitos e períodos de embargo das revistas onde foram publicados no *site* do Sherpa/Romeo.” (Amante, 2013, 199)

→ Também a criação de procedimentos e ferramentas que diminuam a duplicação de tarefas se torna premente.

→ Por último, devido ao contexto de crise e de decorrentes restrições financeiras que obriga a uma análise muito ponderada dos custos envolvidos na manutenção dos Repositórios (infraestrutura tecnológica necessária à sua implementação e manutenção, procedimentos envolvidos no fornecimento de serviços de valor acrescentado, estratégias de preservação) parece-nos inevitável a adoção de indicadores de desempenho que permitam avaliar o sucesso dos mesmos. (Cassella, 2010, 211)

BIBLIOGRAFIA

Amante, Maria João (2013). Acesso Aberto@ISCTE-IUL. In: *Uma década de Acesso Aberto na UMinho e no Mundo* (eds Eloy Rodrigues, Alma Swan e Ana Alice Baptista), pp. 187-202.

Cassella, Maria (2010). Institutional repositories: an internal and external perspective on the value of IRs for researchers' communities. *Liber Quarterly*, vol. 20, nº 2, pp. 210-225.

Cronin, Blaise (2005). *The hand of science: academic writing and its rewards*. Oxford: Scarecrow Press Inc. ISBN 0-8108-5292-9. 214 p.

Swan, Alma (2011). Institutional repositories – now and next. In: *University Libraries and Digital Learning Environments* (eds Penny Dale, Jill Beard e Matt Holland), Ashgate Publishing. <http://eprints.soton.ac.uk/id/eprint/271471>.